A presença da aristocracia nos dias de hoje

A honra e a repugnância pelo trabalho braçal marcam a existência da aristocracia europeia. A aristocracia é uma forma específica de viver a *revolução axial* (expressão de Eisenstad para se referir a um desenvolvimento da consciência social do poder que o tornou manipulável também pelos povos). As formas elementares da vida religiosa foram-se constituindo em moral social (a coerção social pela força dos totens tornou-se dogmática, imposta pela “lei de Deus” inscrita nas tábuas ou no livro, com o monoteísmo). Até que o Império Romano, autonomamente, realizou na terra aquilo que a moral judaica-cristã tinha criado na imaginação. As práticas clássicas pagãs descritas por Foucault, como “cuidar de si”, descobriram-se, a certa altura, inspiradas pelo mesmo Deus: a Fé e o Império reuniram-se muito antes dos Descobrimentos, no século IV da nossa era, com Constantino.

A queda do Império Romano representou um recuo nessa convergência entre a religião e a política, a que se chamou Idade Média, entre esse tempo e uma nova convergência, começada com as cruzadas e a luta contra outra forma de entender a relação temporal e espiritual (que é representada pela fé muçulmana, então como hoje em dia).

A aristocracia é uma forma de “cuidar de si”, de produzir em si mesmo, no próprio corpo, a diferença social com os restantes humanos, em particular os que trabalham, para cujos prazeres é preciso uma justificação, uma legitimidade, capaz de satisfazer a capacidade humana adquirida na revolução axial, a saber, o escrutínio do poder instalado: de que modo o bem comum está salvaguardado por quem manda, em nome dos antepassados, da sociedade, de Deus, das instituições laicas.

A aristocracia vive dos excedentes sociais, de que se apropria em nome de valores mais altos: o Estado, o Império, Deus, a República, a Sabedoria, numa frase, em nome do Poder descoberto conscientemente pela mente humana no período da revolução axial (revolução que Comte pensou ter sido completada com a descoberta da Razão e Marx corrigiu dizendo que ainda faltaria construir o comunismo, quando a pré-história da humanidade tivesse o seu fim definitivo, quando a poder pudesse ser igualmente distribuído por todos e cada um dos seres humanos, conforme a moral das escrituras cristãs recomendaria).

O mundo aristocrático é organizado em ordens. Ordens militares, religiosas e também ordens jurídicas, políticas e sociais. As pessoas distinguem-se entre si pela sua diferente qualidade perante o Poder: a umas, poucas, é reconhecida a honra de servir de séquito ao escolhido superiormente para conduzir os destinos da vida, seja a guerra seja a relação com o divino. Aquele poder que na Idade Média maior legitimidade teria era o poder espiritual do Império caído, a Igreja. Todos tinham vantagem em fazer-se reconhecer como leais a esse poder central, que disso beneficiava, evidentemente.

Com o tempo, as realezas – agremiações de aristocratas submetidos aos desígnios de um chefe comum, laico – fortaleceram-se e opuseram-se, separando-se, dos poderes espirituais, não sem grandes e continuadas guerras. Guerras que eram as maiores fontes de rendimento da aristocracia, sustentáculo social dos estados emergentes, cada vez mais fortes tanto do ponto de vista militar como político e religioso.

O protótipo do Estado moderno absolutista, isto é autónomo relativamente à Igreja (mas também ao povo), foi também o modelo da sociedade moderna: uma civilização urbana e civilizada, isto é pacificada para o seu interior: o palácio de Versailles, onde a nobreza submetida e desarmada pelo rei se constituía em Estado, transformada numa espécie de gente com tiques tão especiais – e desejados – como impraticáveis pelos leigos, sem tempo para se dedicarem às cortesias. Já nesse tempo se prefiguravam os analistas simbólicos, como chamou Robert Reich a actual classe educada dominante, encabeçada pelos consultores internacionais ao serviço das organizações de gestão da globalização, gente que circula entre universidades, centros de investigação, conferências e aeroportos, entregando os cuidados da constituição de família às empresas de apoio social – governantes, fisioterapeutas, restaurantes, artistas, indústria de entretenimento e hotéis, por exemplo – a quem pagam o suficiente para se distinguirem dos trabalhadores de rotina, remetidos para os serviços públicos degradados (ele referia-se nos anos 90 aos EUA, que assim continuam).

A coisa acabou mal em França. A aristocracia foi humilhada, de forma traumática, pela Razão da República, pensada e imposta à sua imagem e semelhança: pelo terror. Mas recuperou (com o Império de Napoleão, e não só). Sempre magoada com a revolução. Que desvalorizou paulatinamente a cultura cortesã, decaindo à medida que a burguesia somava a riqueza mais para si e a mistura entre estas duas ordens – a burguesa e a aristocrática – se aburguesava.

Ao procurar na Scielo – base de dados de artigos científicos – o estudo da aristocracia tem muito poucas referências e todas de história. Como se a aristocracia tivesse sido alvo de um genocídio (e não de uma luta de classes). Todavia, o mais merecidamente famoso dos sociólogos, Pierre Bourdieu, tem por obra-prima a descoberta de que os gostos (as práticas culturais) discriminam as pessoas segundo as classes sociais a que pertencem. Deu o nome de *La Distintion* ao livro que relatou essa sua descoberta.

Ocorre que a divisão de trabalho das ciências sociais, que separa a história da sociologia e da ciência política, também separa o estudo das ordens (o carácter diferenciado dos estatutos jurídicos das pessoas) do estudo das classes (o carácter diferenciado dos recursos económicos acessíveis às pessoas). Acontecendo, ainda por cima, que no campo jurídico, ainda que se reconheça existirem diferenças importantes no tratamento das pessoas pelas instituições e poderes judiciais, como reconhece Rawls, por exemplo, aponta-se a causa não aos preconceitos sociais e aos estatutos de cada um mas à condição económica e ao acesso aos melhores recursos de apoio jurídico – o que por um lado é meia verdade e por outro pode bem ser a maior das mentiras. Rawls propôs resolver a questão através da inculcação de uma cultura de discriminação positiva dos magistrados perante os litigantes. Porém, na prática, a cultura de discriminação existe mas em sentido contrário, isto é, de reforço das desigualdades económicas em presença, nomeadamente a favor dos patrões e dos capitalistas em geral, o que se reforçou nas últimas décadas.

O erro de Rawls – extensivo a toda a teoria social – foi não se ter apercebido de haver uma velha aliança entre a burguesia e a aristocracia, ainda activa, e que explica como – apesar da relativa independência entre poder governamental (tipicamente da burguesia) e poder judicial (tipicamente aristocrático) proposta classicamente por Montesquieu – o sentido estratégico e histórico das relações entre estas duas ordens e classes (conforme as observemos do ponto de vista jurídico ou económico) é de aliança, embora a certa altura a que era dominante tenha passado a ser (traumaticamente) subalterna. O erro das ciências sociais é ter-se deixado servir como instrumento apologético do predomínio burguês e, num excesso de zelo interesseiro, ter escamoteado a presença evidente da aristocracia nas sociedades modernas, cujo rasto há que revelar, logo que haja disposição científica para tal.

Esta omissão ideológica, detectada por Hirschman, obscurece o sentido das lutas sociais actuais. Nomeadamente deixa incompreensível o protesto dos jovens universitários de Maio de 68 e também os Indignados e *Occupy*, por contraste com os grandes motins de 2005 e 2011, sobretudo em França e Inglaterra respectivamente, com as manifestações sindicais e políticas. O que querem mais, pergunta os jornalistas e os populares, os maiores beneficiários do Estado Social, pela oportunidade que tiveram de frequentar as universidades e aceder ao sacrossanto do conhecimento, a cuja árvore quiseram aceder Adão e Eva e por isso foram expulsos do Paraíso? Não querem líderes mas querem democracia? Mas como se paga isso? Querem servir o povo através de servirem como profissionais das políticas públicas, sem controlo directo do capital? Mas porque não hão-de sujeitar-se, como os trabalhadores do privado, ao regime salarial? São mais que os outros, em aposentações e segurança no emprego? Em vez de reformas e competição no mercado?

O que se passa actualmente será uma recomposição da aliança de poder dominante, em que o Império já não precisa de uma aliança tão alargada com a aristocracia – que alguns marxistas confundiram com uma nova pequena burguesia – pois a globalização permite uma racionalização de investimentos, nomeadamente em termos fiscais. Isto é, aparentemente, o capitalismo local, as aristocracias locais – a maior parte deles sediadas à sombra do Estado – e os populares estão a ser abandonados pelo poder imperial do capital financeiro. O que exige uma reconfiguração dos equilíbrios de ordem – efectivamente os investimentos em segurança e militarização são uma característica desta nossa época – e de classe – também as economias têm sido seduzidas ou conduzidas à força a formas de acção verdadeiramente anti-sociais.

Pensar a relação das actividades bélicas e de criminalização, a delinquência e a expressão popular de dissidência política, as novas formas de organização social de auto-mobilização, torna-se difícil, se não impossível, sem recuperar a visibilidade da honra identitária através da qual a aristocracia, as aristocracias, resolvem o problema de estarem livres para beneficiarem dos excedentes da produção, sem perder o rumo e sem trabalhar.

A produtividade actual permite reduzir o trabalho, caso as pessoas saibam o que fazer com o seu tempo, de uma forma socialmente relevante. As pessoas devem aprender a “cuidar de si”, a viver para se transformarem interiormente e, assim, civilizarem a sociedade, moralizarem a imoralidade que faz recorrentemente cair na miséria as sociedades mais brilhantes, como mostrou Jared Diamond ao apresentar exemplos históricos de colapsos de civilizações humanas.

O que é a aristocracia?

É a mania das grandezas, como privilégio pessoal? Ou é o esforço honrado de auto-superação pessoal, em favor da humanidade? É a coragem de ser guardado à vista por um séquito? Ou é a coragem de morrer por uma causa nobre? Ou apenas um modo de estar diferente de outros, como os modos de vida camponês, burguês e escravizado?

O camponês também é livre perante a natureza (tantas vezes madrasta) mas sequestrado pela terra junto de uma comunidade que pode ser opressiva e castradora. O burguês é cosmopolita e invertebrado. O escravo é duro de músculos ou até exercitado como intelectual, mas impossibilitado de cumprir qualquer intenção própria. Qualquer condição implica contradições não sua experiência prática e também na avaliação projectada por terceiros sobre essas vivências. Do mesmo modo, da aristocracia continuamos a considerar a honradez e a dignidade, mesmo quando não a praticamos. Mas sobretudo ao nível do direito (dos privilégios) que a sua existência nos parece aberrante. Todavia, esse é um dos segredos da burguesia actualmente dominante, aliada a uma aristocracia secundarizada. A troco da manutenção dos privilégios possíveis para os magistrados, a burguesia explora para sua vantagem própria a contradição entre a lei nos livros e a lei na prática dos tribunais: os magistrados e as assembleias políticas legislativas conseguem subjectivamente – através dos preconceitos contidos nas leis e das decisões concretas – e objectivamente – através de especializações do direito, na prática, contra trabalhadores, excluídos, mulheres, crianças e outros desvalidos – legitimar discriminações formalmente inexistentes. Essa inexistência doutrinária é tida como uma expressão do desejo social cuja realização não depende das instituições, nem do Estado, como por exemplo o respeito pelos Direitos Humanos. Quantos Estados juraram respeitá-los, subscrevendo convénios internacionais sobre o assunto, e os desrespeitam quotidiana e intencionalmente – como se torna evidente pela crescente pobreza nos países ocidentais e o aumento regular do número de presos nos países da OCDE (parte do mundo onde a vida pacífica mais arreigada está)?

Esse processo de magia política, além de ameaçar com a quebra da norma humanista (como ocorreu nos EUA desde Reagan, ao ponto de o país da liberdade se tornar sede do maior sistema carcerário do mundo, com ¼ dos presos do mundo, e um exportador de tortura) para calar a oposição à exploração do planeta e das sociedades, recorre também ao encobrimento dos privilégios aristocráticos dos corpos de profissionais implicados no sistema judicial, tal como ocorre também nos corpos militares, de segurança, universitários e outros desse tipo, em geral nos corpos de profissões organizadas e associações confessionais secretas.

Do ponto de vista analítico, as diferentes e variadas definições de profissão, em expansão nas últimas décadas, podem servir de base para a caracterização das diferentes sessões da aristocracia, entre as quais os estudantes universitários. Estes, mesmo quando jamais chegam a assumir na prática a condição aristocrática, é a ela que aspiram, porque é a cultura aristocrática que se respira nas universidades: isolamento do resto da sociedade e distância do trabalho braçal e directo com a natureza.

A aristocracia moderna faz a sua formação em escolas especiais (as universidades), especializa-se e compõe com o seu grupo de pares, em camadas de gerações, relações sociais de fechamento com o fito de reservar o acesso a certo tipo de recursos para garantir a estabilidade, independentemente dos direitos humanos (dos desvalidos). A aristocracia procura empregos (e não trabalho) e actualmente constrói *currículos vitea* para marcar a diferença para com aqueles que não o podem fazer.

Ideologia

A ideologia é um fenómeno virtual, da nossa imaginação, realizado através da comunicação, que mostra insistentemente certos aspectos da realidade e esconde outros. Porque a complexidade e as contradições do real não podem ser captadas de uma só vez e para sempre, mas também porque se desenvolvem intenções por detrás da construção profissionalizada de discursos, imagens, miragens e sensibilidades, manipulando as emoções espontâneas das pessoas.

As ideologias modernas, apesar da grande diversidade de culturas urbanas e dos povos primeiros, tendem a concentrar-se naquilo que se chama o discurso único, produzido através de grande concentração do poder mediático – mais concentrado ainda que o poder bancário e financeiro. O que mostram essas ideologias? Mostram futuros já presentes brilhantes, não violentos, em que ganha sempre a justiça e praticada por agentes bonitos, em ecrãs que se tornam parte importante da vida de todas as pessoas em todo o mundo. Acompanhados por um discurso sobre o respeito pelos direitos humanos, no quadro de sistemas democráticos favoráveis à liberdade individual. O que escondem essas ideologias? A maior concentração de prisioneiros que alguma vez existiu, centrada nos países mais ricos e desenvolvidos, onde graça a pobreza (25% na EU, por exemplo), a estigmatização e a discriminação de estrangeiros, sobretudo dos oriundos das antigas colónias, a militarização da vida dos pobres, nos seus bairros de habitação, a extensão das medidas judiciais não privativas da liberdade a um número crescente de pessoas desvalidas, em contraste com a impunidade dos grandes criminosos, sobretudo os protegidos pelo Estado e por sistemas de corrupção aparentemente inelutáveis. Escondem a violência da luta de classes provocada pelos abusos das classes dominantes (Hirschman), escondem a exploração (Marx) e escondem também a aliança entre a nobreza da aristocracia e a burguesia – a honra nacional que reclamou contra o ultimato britânico no final do século XIX –, actualmente remetida às benesses do Estado global – que faz com que a honra nacional tenha desparecido perante a razia que são as políticas de austeridade em nome da dívida crescente, em troca da perspectiva de lugares nos organismos internacionais e anti-democráticos de gestão do planeta.

Durante este ciclo de palestras vamos convidar o público a descobrir aquilo que foi descoberto pelos palestrantes bem como o modo como e as razões porque a sociedade permite, aceita e colabora no encobrimento daquilo que nos será revelado.